

Aplicação da análise SWOT no planejamento turístico de Tucuruí - Pa.

Application of SWOT analysis in tourism planning in Tucuruí - Pa.

Derivaldo Machado da Silva¹

Francisco Enilvan de Oliveira²

Hildo dos Santos Barroso³

Jonatas da SilvaWanzeler⁴

Resumo.

O turismo como uma área emergente do conhecimento, torna-se bastante discutido no meio acadêmico e profissional devido sua expansão e transformações socioeconômicas provocadas nos territórios, despertando assim interesses crescentes de estudos e pesquisas. A necessidade do desenvolvimento econômico às populações a margens dos recursos naturais tem sido a principal justificativa para alavancar o turismo no Brasil, assim como o desfrute das manifestações culturais e folclóricas que são ímpar aos brasileiros. Este artigo busca de forma objetiva esclarece os motivos que o interior do estado do Pará, em Tucuruí especificamente, de não conseguir efetivamente desenvolver uma política pública.

Abstract.

Tourism as an emerging area of knowledge, has become widely discussed in the academic and professional environment due to its expansion and socioeconomic transformations brought about in the territories, thus arousing growing interests in studies and research. The need for economic development for populations on the margins of natural resources has been the main justification for leveraging tourism in Brazil, as well as the enjoyment of cultural and folkloric manifestations that are unique to Brazilians. This article seeks in an objective way to clarify the reasons that the interior of the state of Pará, in Tucuruí specifically, for not being able to effectively develop a public policy.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um setor que tem valor fundamental para economia de um país, região ou de um município, em alguma fase de nossa vida iremos vivencia-lo, e a relação entre os microempreendedores individuais e o turismo é muito próxima, assim como também o uso da tecnologia nos setores de venda e gestão, já que o uso da internet abre novos campos de atuação neste mercado competitivo que é o turismo, Teixeira e Bomfim (2016, p.46) dizem que o setor de turismo atualmente: “é o de maior crescimento no mundo, tendo sua extensão e

impacto econômico acrescido em torno de 50% na última década e abrigando em sua cadeira produtiva cerca de 90% de Micro e Pequenas Empresas”.

¹Mestrando em computação aplicada e graduando em Administração Pública pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: derivaldo.silva@ndae.ufpa.br.

²Graduação em Letras. Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: nilvan.dorado@hotmail.com

³Graduando em Administração Pública Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: hildojr2015@gmail.com.

⁴Graduação em Teologia. Faculdade Gamaliel. E-mail: wanzeler60@gmail.com.

No intuito de realizar um estudo sobre o processo de regionalização do turismo no estado do Pará e fazer levantamento de dados para identificar os atrativos, serviços, equipamentos turísticos e a infraestrutura de apoio ao turismo existente no município de Tucuruí. Com o objetivo de traçar uma análise SWOT do turismo em Tucuruí, buscou-se informações na Lei Orçamentária Anual –LOA e nos projetos existentes no plano de governo do município, que são os “inventários” criados nos anos de 2011 e 2014, assim como o “Plano Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo Proposições 2017 / 2020” para só então fazer um comparativo entre aLOA e aos referidos planejamentos criados pelo poder público do município. A hipótese preliminar sobre a falta de ações de desenvolvimento do turismo no município de Tucuruí assim como a implementação do mesmo de forma efetiva ocorra pelo desinteresse por parte do poder público.

Após a introdução, na sessão 2 o referencial teórico faz um apanhado sobre o turismo no mundo e Brasil, a sessão 3 faz abordagem sobre a caracterização da área pesquisada e os processos de ocupação do espaço, a sessão 4 fica por conta da metodologia, já as questões que abordam LOA e suas particularidades no município de Tucuruí são descritas na sessão 5, a sessão 6 faz um relatório preliminar sobre o estudo e uma análise StrengthsWeaknessesOpportunitiesThreats – SWOT da gestão hoteleira de Tucuruí, por último as temos as considerações finais.

2. REFERENCIAL

2.1. O turismo no mundo

Segundo a United Nations World Tourism Organisation – UNWTO, traduzido para o idioma português quer dizer Organização Mundial de Turismo das Nações, o turismo no ano de 2017 cresceu 7% a mais que o previsto que era de 3,8%, comparado a 2016 foram cerca de 86 milhões de pessoas a mais. Para a UNWTO o principal fator do reaquecimento do turismo internacional se devia na época ao fato da recuperação da demanda de viagem do Brasil e da

Rússia. Na categoria global de exportação segundo a organização, o turismo ocupava a terceira posição, atrás apenas de produtos químicos e combustíveis, ou seja, o turismo era o principal setor de exportação em muitos países (UNWTO, 2018).

As estimativas mostravam que desde o ano de 2012 o turismo vinha apresentando um crescimento considerável, o Produto Interno Bruto – PIB mundial, por exemplo, por meio do turismo contribuiu com US\$ 2,8 trilhões em 2018 um crescimento de 3,9% ao ano, ultrapassando o crescimento da economia global que era de 2,3%, sendo responsáveis por 10,4% do PIB mundial com geração de milhões de postos de trabalho na proporção de um emprego de turismo a cada dez empregos do geral (TEIXEIRA E BOMFIM 2016, ANA, 2018).

O turismo internacional é visto por muitos gestores como a principal forma de movimentar o mercado no país, a UNWTO (2018, p.2) diz que: “o turismo doméstico é o principal motor do setor do turismo a nível mundial, representando 73% do total de despesas com Viagens & Turismo em 2017”.

No entanto por conta da pandemia da Doença do Coronavírus – COVID-19 que assola o mundo todo, estas previsões estão sendo modificadas, já que as pessoas de modo geral são obrigadas a manterem o distanciamento social que é uma das tentativas de retardar a propagação do coronavírus, o que levou muitos governos estaduais a determinarem o fechamento de serviços não essenciais, como os do setor do turismo (SEBRAE, 2020).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (2020, p.6) informa que em decorrência da pandemia, o turismo apresenta um cenário: “(...) com uma queda na receita de turismo de 10% em 2020, o PIB diminuiria 0,8, 0,3 e 0,1 pontos percentuais no Caribe, México e América Central e América do Sul, respectivamente”.

Outras pesquisas indicam que o turismo terá um retrocesso de pelo menos 30%, e de 60 a 80% no ano como todo, ou seja, a indústria do turismo será afetada consideravelmente com a pandemia e a recuperação vai depender principalmente da reabertura das fronteiras e que o impacto final da pandemia sobre a indústria do turismo vai depender das medidas sanitárias e socioeconômicas nos países e regiões impactadas pelo COVID-19 de onde vem a maioria dos turistas (UNWTO, 2020).

Como forma de combater a disseminação do vírus foram implantadas várias medidas sanitárias como: isolamento social, fechamento de serviços não essenciais, entrada proibida de estrangeiros nos países e fechamento das fronteiras, tais medidas afetaram drasticamente o

turismo em todo o mundo, mas até o momento são as únicas estratégicas encontradas para não haver uma contaminação em massa pelo COVID- 19,aFundação Getúlio Vargas- FGV, informa que:

De acordo com análise feita pelo Pew Research Center, 93% da população mundial vive hoje em países que adotaram algum tipo de medida de restrição de viagem e 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo vivem em países que fecharam totalmente suas fronteiras para estrangeiros. (NEW YORK TIMES, 2020 apud FGV, 2020, p.6).

Mesmo com os dados da OMT informando que apartir de março de 2020 houve67 milhões a menos de turistas internacionais e que apesar dos enfrentamentos e dificuldades relacionadas ao COVID – 19, levando a uma perda na casa dos trilhões no PIB global no setor de viagens e turismo. Os primeiros passos para a recuperação já estão aparecendo, pois há sinaisprecoces de que as viagens domésticas estão voltando a aumentar gradualmente em certos países, onde ovírus já foi parcialmente controlado, embora seja muito cedo para chamar isso de recuperação, a China, por exemplo, começou a aliviar as restrições de viagens em março, após o fechamento quase completo do país no final de janeiro (UNWTO, 2020).

2.2. O turismo no Brasil

Sobre o turismo no Brasil a lei brasileira nº 11.771, de 17 de setembro de 2008Art. 2º o define como: “as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008).

Na década de 50 no Brasil surgiram as primeiras organizações governamentais relacionadas ao turismo, nesse período segundo Silva (2017, p. 6) é criada a“Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República, com a finalidade de fiscalizar as atividades de agências de viagens”.

A partir de então o turismo foi incluído no plano estratégico econômico do país, decretos foram publicados, conselhos foram criados, tudo para que o turismo fosse visto como forma de valorização e preservação do patrimônio natural, cultural, tendo o homem como destinatário do desenvolvimento turístico e como meio de alavancar mais ainda o turismo no Brasil (SILVA, 2017).

A preocupação com a natureza e gerações futuras, deu espaço a uma nova discussão sobre o homem e o meio ambiente chamado de desenvolvimento sustentáveljustificadas nas palavras de Figueiredo (1999 apud SERRA 2017, p. 128) da seguinte forma: “(...) aparece no argumento que o turismo ecológico pode promover uma justificação econômica para a RPGC, Portugal-PT, V.1, Nº2, p. 35-52, Agos./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 38

conservação de áreas naturais com o mínimo de modificação”, ou seja, seria a capacidade de geração da atividade econômica levando em consideração os fatores sociais e ambientais.

Neste sentido Fearnside (2015, p. 186) complementa dizendo que: “O desenvolvimento sustentável é geralmente considerado como tendo três pilares: social, ambiental e econômico”.

No Pará a lei estadual nº 7.593 que criou o Sistema de Gestão Estadual de Turismo tendo a Secretaria de Estado de Turismo – SENTUR como um de seus departamentos diz que, “a missão da Setur é coordenar o processo de concepção de implementação da política de desenvolvimento do turismo no Estado, de forma sustentável e integrada, tornando o Pará um destino competitivo”. (SILVA 2017, p11).

Infelizmente no estado do Pará as políticas de turismo vão na contramão aos interesses da sociedade civil, pois a centralização em apenas dois grandes polos turísticos como Belém e Marabá, é um exemplo claro da falta de interesse por parte do governo em desenvolver o turismo de forma democrática (SERRA, 2017).

Serra (2017, p. 26) diz que no Estado do Pará desenvolver o turismo basicamente foi apenas regionaliza-lo, ou seja: “Em cada um deles houve uma identificação econômico-cultural e ambiental forjada pelo governo com o intuito de relacionar o que cada região continha de mais expressivo e que pudesse se tornar produto turístico”.

As medidas sanitárias como: isolamento social, fechamento de serviços não essenciais, entrada proibida de estrangeiros nos países e fechamento das fronteiras, afetaram drasticamente o turismo em todo o mundo, o SEBRAE, informa que:

Tais medidas trarão impactos, principalmente, ao setor de serviços que representa mais de 75% do PIB brasileiro. Nesse sentido, os setores de eventos, agências de turismo e pousadas, que dependem de contato físico estão enfrentando uma redução drástica da demanda. SEBRAE, (2020).

Instituições de pesquisas como, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas informa que mesmo alcançando as cifras de R\$ 259,4 bilhões em 2021 o governo estima que os ganhos com o turismo sejam inferiores a 4,2% a menos em relação ao patamar de 2019. A perda total do setor turístico brasileiro será de R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021. Os efeitos da retração do turismo serão sentidos em particular pelas micro e pequenas empresas, cujo peso no setor de hotéis e restaurantes é enorme: 99% das empresas e 77% do emprego (FGV, 2020).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA

A formação populacional de Tucuruí está diretamente relacionada com a construção da hidrelétrica a qual foi iniciada nos anos 70. A construção da referida barragem gerou uma série de conflitos entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, uma empresa de sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás, e a população da montante e baixo Tocantins, que após ser investigada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará foram anexadas várias reclamações, o que por fim resultou numa condenação em 1991, pelo Tribunal Internacional das Águas com sede em Amsterdam na Holanda, demonstrando de antemão a complexidade das políticas públicas de acesso ao lazer, moradia e trabalho entre a Eletronorte e a população em torno do lago (FEARNSIDE, 2015).

Tucuruí é uma cidade que integraliza o segundo maior polo turístico do estado, o polo Araguaia–Tocantins, está localizada na mesorregião do sudeste do Pará, e tem uma população estimada de 113.659 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. A origem de Tucuruí está relacionada a fundação do povoado de Alcobaça, que foi fundado em 1781, pelo governador José de Nápoles Telles de Menezes, com finalidade militar e fiscal sobre a navegação no rio Tocantins (IBGE, 2017).

Como parte desse regionalismo basicamente o turismo em Tucuruí gira em torno da usina hidrelétrica o que de certa forma gera apenas o “turismo de negócios” que são atividades turísticas em função dos encontros de interesses profissionais, associativos, institucionais, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Podemos dizer que isso ocorre em consequência da falta de investimentos por parte do estado e que por jogar que há uma concentração maior de turistas na capital, prioriza-a com os programas de infraestruturas e incentivos ao turismo, restando a Tucuruí apenas a categoria “D” que foi uma classificação realizada pelo antigo Ministério do Turismo no ano de 2016 (SERRA, 2017).

É importante ressaltar que em decorrência da hidrelétrica a relação de trabalho, organização social, econômica e política mudaram completamente em Tucuruí, movimentos ambientalistas passaram defender um modelo de desenvolvimento sustentável a fim de garantir o uso consciente dos recursos naturais e os movimentos sociais se dispuseram a reivindicar seus direitos alegando o aparecimento de inúmeros problemas de ordem social, ambiental, econômica e cultural enfrentado pelos moradores em torno do lago e não atendidos pelos órgãos governamentais competentes (SOUZA; CAÑETE, 2015).

Diante disso pode-se dizer que o turismo por ter como características a valorização do patrimônio cultural e a diversificação de atividades econômicas é um setor em asserção e que necessita de estudos mais aprofundados para uma melhor definição das políticas administrativas e de investimentos por parte dos gestores públicos, Silva (2017, p. 13) diz que “É muito importante considerar que atividade turística envolve diretamente o uso do solo urbano como centro logístico necessário ao turismo, bem como a disponibilidade de aproveitamento do patrimônio cultural e natural”.

Mesmo diante do grande impacto que a UHE de Tucuruí causou ao meio ambiente, surgiram alternativas de reaproveitamento ambiental como, por exemplo, em decorrência da formação do lago, o turismo de natureza ou ecoturismo como muitos chamam, tornou-se uma forma de desenvolvimento sustentável, a possibilidade da realização da pesca esportiva passou a ser viável e amparada por leis.

A implementação desse programa é de responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura. O art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 define a pesca esportiva como um seguimento do turismo ecológico com objetivo de promover o turismo sustentável. (SOUZA E CAÑETE 2015, p 618)

4. METODOLOGIA

A pesquisa em questão por se tratar de metodologia híbrida o trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com a utilização do método documental, a revisão bibliografia foi feita em artigos publicados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capese Google acadêmico. Tivemos a preocupação de estudar publicações que abordassem exclusivamente a questão do “Turismo”, “leis orçamentarias” e com busca em site sobre artigos com o tema “políticas públicas ao turismo” que é o tema de nossa pesquisa.

A pesquisa documental foi realizada no departamento patrimonial de Tucuruí, em razão do inventário e plano de ação não estarem disponíveis na rede mundial de computadores. A pesquisa de campo ocorreu no dia 16 de abril do corrente ano e as análises dos resultados entre os dias 08 a 30 de maio de 2020.

A coleta de dados para o estudo foi realizada no inventário turístico de 2014 e no Plano Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo Proposições de 2017, elaborado pelo departamento do desenvolvimento do turismo subordinado a secretaria de planejamento e desenvolvimento econômico do município de Tucuruí.

5. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

O controle dos gastos público ou orçamento público, data do século XIII na Inglaterra. De acordo com a história que foi no reinado do João Sem Terra, que surgiu a primeira ideia de

controle das contas públicas por parte de uma espécie de controladoria, o chamado *conselho dos comuns* que tinha como integrantes os barões feudais (AFONSO, 2016).

No Brasil a organização das finanças surgiu com a vinda da família real, que na época com a abertura dos portos brasileiros aos países estrangeiros necessitou de um melhor controle dos tributos alfandegário, com a criação de tributos aduaneiros conseqüentemente gerou a necessidade de se criar em 1808 o erário público que é o tesouro nacional.

Quando as tropas de Napoleão invadiram Portugal, a família Real fugiu para o Brasil, iniciando um novo período histórico na colônia: O Brasil passa a ser a sede da Monarquia Portuguesa [1808 – 1815], o que trouxe grandes despesas para os cofres públicos, exigindo o aumento dos tributos existentes ou a criação de novos (COELHO, 2003 apud OLIVEIRA p. 18).

Para gerir as receitas e os gastos do governo assim como também a liquidez de moeda da economia do Brasil, em 1891 foi criada o ministério da fazenda que passou a ser responsável pela definição e pela execução da política econômica nacional, pelas contas da União, através da secretaria do tesouro nacional e por questões relativas ao imposto de renda, através da receita federal (AFONSO, 2016).

Oliveira (2019, p. 64) conta que “Para conter o déficit público, até 1922 foram tomadas várias medidas fiscais, com criação de impostos, inclusive o Imposto Geral sobre a Renda”. Mas que em 1922 os procedimentos orçamentários, assim como os serviços de contabilidade financeiros, patrimônio, receita e despesa, exercício financeiro, créditos adicionais, prestação de contas da gestão financeira, operações de crédito, adiantamentos, dívida pública, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, licitações e contratos, de competência da gestão em âmbito federal, passaram a serem controlados pelo Código de Contabilidade da União criado em 1922, ou seja, houve a centralização de todos os serviços orçamentários, contabilidade pública e macroeconomia do setor público.

Em razão da fase autoritária que o país passava, era evidente que a participação do poder legislativo na matéria orçamentária ser restrita. Mesmo assim o orçamento público federal passou por transformações que exigia mudanças na condução econômica, foi então entre o período de 1971 à 1988 que o país recebeu sua sétima constituição chamada de Constituição Cidadã:

Conceder aos brasileiros direitos inéditos, próprios do estado democrático de direito que se implantou a partir de então, entre eles o de exercer o controle sobre a administração pública, de exigir ética, integridade (compliance), transparência (disclosure) e prestação de contas (accountability), bem como de participar diretamente na escolha das políticas públicas a serem implantadas. (OLIVEIRA E PISA 2015, p.1).

Como parte do planejamento estratégico e visando estabelecer as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano em 1988 é promulgada a Constituição Federal - CF sendo que no artigo 165 são descritas as leis de iniciativa do Poder Executivo que são: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais que comumente chamamos de LOA. No 5º parágrafo do artigo 165 a CF estabelece que:

I- o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II- o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. (BRASIL, 1988).

Para Barros e Mota (2017, p.16) “A Constituição da República Federativa de 1988, em seu artigo 165, parágrafo 5º, estabelece as três esferas de orçamento que compreendem a LOA: fiscal, de investimentos das empresas estatais e da seguridade social”.

Como um documento que usa recursos oriundos da receita pública que é representada pelo conjunto de ingressos, ou de embolsos e de recursos financeiros dos cofres públicos, a LOA.

Apresenta uma inovadora distinção entre as receitas e despesas fiscais e as da seguridade social. A cada exercício financeiro, o processo de elaboração e organização da proposta orçamentária é regulamentado por um detalhado manual técnico, editado pelo órgão central de planejamento. (Afonso 2016, p.18):

Com o objetivo de atender às demandas da sociedade, todos os anos a LOA tem a função de criar ações e projetos e executá-los. Sendo que o poder executivo que são os prefeitos, governadores e presidente, se os outros poderes da esfera pública autorizarem, Barros e Mota (2017, p.68) dizem “Essa autorização é dada quando da aprovação da LOA, realizada pelos representantes do povo (senadores, deputados e vereadores) nas casas legislativas (Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal)”.

Podemos dizer que não há um dispositivo melhor do que a LOA para realizar os controles das contas públicas, esse controle parte do princípio de que nada melhor do que uma lei para estabelecer o que todo município deve fazer para prevenir os gastos do ano seguinte, alguns estudiosos da área conceituam a LOA como:

(...) o montante de recursos financeiros (receitas) que poderão ingressar nos órgãos públicos, identificando (prevendo) a origem de cada um; e o montante de recursos que deverão ser despendidos (despesas) pelos órgãos públicos na realização de seus programas de

trabalho (tarefas), identificando (fixando) a aplicação de cada um. Barros e Mota (2017, p.72):

Há quem diga que o Brasil tenha um sistema tributário mais moderno do mundo. No entanto é perceptível os anúncios diários nos meios de comunicação de escândalos envolvendo dinheiro e verbas públicas, mesmo com a criação da lei de responsabilidade fiscal que trata dos princípios básicos para a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, sempre tem um político, uma pessoa da sociedade civil burlando as regras e usurpando do dinheiro público (OLIVEIRA, 2019)

A carga tributária, por exemplo, que é a relação entre a soma da arrecadação federal, estadual e municipal como o PIB, se diz que no Brasil é a maior em relação a outros países da América latina, no entanto a desigualdade social brasileira também é uma das maiores desde o tempo de colônia, o que faz com que se pareça muito elevada a carga tributária brasileira.

(...) o problema não está em ser uma das mais elevadas do mundo e sim no desequilíbrio de sua estrutura, a contraprestação e na injustiça social de sua aplicação, na base da pirâmide fiscal estão os tributos indiretos, sobre o consumo afetando significativamente o desembolso das famílias de baixa renda (BESSA, 2017, OLIVEIRA 2019, p.4).

Lisboa (2016) um estudioso da área financeira deixa claro essa ineficiência dos gastos quando diz que: “gastamos muito para preservar empresas ineficientes”, talvez seja por isso que ranqueamos a 125ª posição entre os 190 países em relação à facilidade para fazer negócios, ou seja, não temos liberdade econômica e amargamos uma burocracia contra o empreendedorismo, geração de empego e crescimento econômico.

Neste cenário o estado do Pará com o índice que mede e avalia o desenvolvimento de um país segundo os seus aspectos sociais e econômicos como, por exemplo, a qualidade de vida, a renda e a escolarização, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apontava que em 2010 era 0,646, ocupando o 24º lugar no Ranking brasileiro (IBGE, 2017).

Com a uma renda per capita de R\$ 58.455,08 de reais por pessoa o município de Tucuruí ocupa do 4º lugar no estado do Pará e no Brasil o 205º lugar, é um polo de atração da região do lago de Tucuruí, por possuir grande potencial turístico, assim como boa colocação em atividade econômica industrial ficando em 2º lugar no estado (IBGE, 2017).

Prata, Moreira e Tostes (2017, p. 65) no artigo sobre o “índice Fapespa de Desenvolvimento dos Municípios Paraenses” que mede os índices de desenvolvimento econômico e social dos municípios, classificam o município de Tucuruí na 8ª posição no ranking sobre o Índice de Produto Municipal – IPM, que é a correlação entre o PIB per capita RPGC, Portugal-PT, V.1, Nº2, p. 35-52, Agos./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 44

com as receita própria e cota-parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na participação dos setores agropecuário e industrial, a colocação de Tucuruí no ranking é apenas 02 (duas) posições abaixo de Belém capital o maior polo turístico do Pará.

6. RELATÓRIO SOBRE O ESTUDO

No “Inventário Turístico de Tucuruí”, elaborado em 2014 que visava substituir o inventário de 1999 e o Inventário da oferta turística de Tucuruí 2011, é possível perceber claramente o incremento de mais informações a respeito do município de Tucuruí e a atrações turísticas, ou seja, neste novo documento elaborado pelo governo municipal do setor de turismo foram adicionados planilhas e mapas que enriquecem e complementam alguns tópicos e informações geográficas e econômicas. (PARATUR, 2011; TUCURUÍ, 2014).

Com o nome de “Plano de Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo proposições 2017/2020”. Nessa nova versão há informações sobre os “Projetos e Ações dos Governos Federal e Estadual com Inserção em Tucuruí” que são 05 programas, (Veja o Quadro 1) Também neste material então incluído os “Planos de Ação, Programas e Projetos do Governo Municipal para o Setor de Turismo” que contém 08 planos de ações e 03 programas que juntos tem um valor de R\$ 8.705.00,00. (TUCURUÍ, 2017).

E por último há os “Projetos Prioritários de Infraestrutura Turística do Município de Tucuruí” no total de 11 projetos com valor total de R\$ 7.709.700,00. A maior parte dos programas, ações e projetos já foram descritos no inventário de 2014. (TUCURUÍ, 2014; TUCURUÍ, 2017).

Quadro 1 – Receitas, despesas e Proposições entre os anos de 2013 a 2020

Descrições	Vigência	Valor Previsto	Valor Consolidado
Inventário turístico de Tucuruí	2013/2016	Sem lançamentos	
Planos de ação, programas e projetos do governo municipal para o setor de turismo.	2017/2020	8.705.000,00	
Projetos Prioritários de Infraestrutura Turística do Município de Tucuruí	2017/2020	7.709.700,00	
Demonstrativos da LOA.	2018		4.707.700,00
Total		16.414.700,00	

Em suma o Plano de trabalho e Ações Estratégicas do Turismo conta com Plano de ação, programas e projetos do governo municipal para o setor de turismo assim como projetos de infraestrutura turística dita como prioritários, ambos compostos por valores considerados.

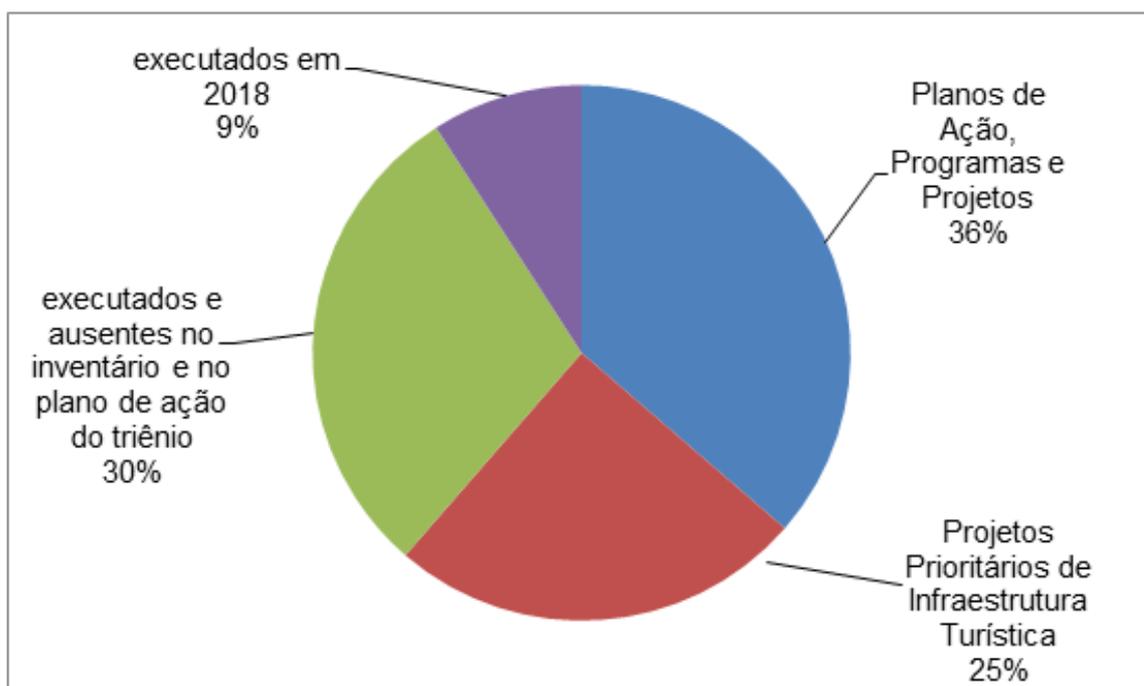
Com relação à LOA do município de Tucuruí 2018, foram identificados 13 projetos relacionados ao turismo que juntos somam mais de 04 (quatro) milhões de reais. Boa parte desses projetos não estão inseridos no Inventário Turístico de Tucuruí de 2014, e tão pouco no Plano de trabalho e Ações Estratégicas do Turismo, mas aparecem como executados no orçamento fiscal da seguridade social e de investimento do município. (PARATUR, 2011; TUCURUÍ, 2014; TUCURUÍ, 2017).

Com base nisto é fácil perceber que parte dos projetos ou ações planejadas nem sempre são executadas, um exemplo disto é que dos projetos ditos como prioridade, apenas 9% foram executados até o momento, lembrando que já se passam quase dois anos do prazo previsto.

Outro fato que vale apenas destacar é que ao compararmos o inventário de 2013 veremos que as ações contidas naquela data só estão sendo executada agora em 2018 como é o caso do “programa turismo verde” enquanto que outros são recorrentes como é o caso da “reforma e revitalização da casa dos artistas” que está presente desde o inventário de 2014 sendo executado em 2018.

Percebe-se que dos 27 projetos inserido no inventário e no plano de ação, apenas 04 foram executados, representando apenas 9% do montante veja Gráfico 1, O que representa do total foram valores previstos poderia viabilizar tais projetos por pelo triênio até 2020. No entanto a falta de interesse por parte da gestão pública em democratizar o turismo em regiões que não seja a capital influência de forma decisiva para a não concretização do turismo em Tucuruí.

Gráfico 1 - Distribuição das ações



Fonte: Dados da pesquisa do ano 2013 a 2020

6.1. Análise SWOT

A sigla SWOT (*Strengths*– forças; *Weaknesses*– fraquezas; *Opportunities*– oportunidades; e *Threats*– ameaças) que significa: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de negócios, são os 4 pilares fundamentais que compõem o planejamento estratégico. Comumente chamada no Brasil de FOFA, A matriz SWOT é uma ferramenta bem simples de ser usado que serve para posicionar ou verificar a posição estratégica, o segmento e o ambiente interno e externo da empresa (FARIAS E LIMA, 2020).

Ao realizar uma análise SWOT veja Quadro 2, da questão do turismo em Tucuruí podemos perceber que o ponto forte é que há uma equipe que sabe planejar, já há um planejamento bem estruturado como é o caso do inventário, a região de Tucuruí em razão da hidrelétrica tem muitos atrativos como o lago, a visitação na usina, as ilhas, a pesca esportiva, as praias de água doce, os restaurantes.

No entanto as fraquezas se dão pelo fato da gestão superior não se comprometerem de forma direta com o turismo, ou seja, não há estrutura física, falta de pessoal técnico para captação de recursos juntos ao governo do estado.

Quadro 2 – Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipe 2. Planejamento 3. Informação/inventário 4. Atrativos naturais (lago, usina, aldeia, ilhas, praias) 5. Produtos turísticos consolidados 6. Hotéis e pousadas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de gestão comprometida com a área 2. Estrutura precária 3. Falta de investimentos 4. Recursos pessoais e financeiros escassos 5. Falta de fundo
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Celebração de convênios 2. Polo regional próximo 3. Liderança política estratégica 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retroceder pela falta de fomento 2. Descredito da opinião pública pela ausência de exequibilidade 3. Destinação inadequada dos possíveis recursos 4. Ausência do conselho de turismo

A respeito das oportunidades de pode-se dizer que há vários convênios a disposição como, por exemplo, o que é Sistema de Convênios do Governo Federal– SICONV, o Programa Turismo Verde que promover o turismo sustentável através da adesão ao plano estratégico de turismo do Pará e ao programa município verde a fim de consolidar a economia verde consolidando o potencial do turismo sustentável no município.

Temos também o Programa Estadual de Qualificação do Turismo– PEQTurque qualificar os profissionais que atuam na prestação de serviços turísticos. Para o cadastro pessoa físicas e jurídicas que atuam no setor de serviços do turismo está à disposição o Cadastur e temos ainda o Programa Nacional de Regionalização do Turismo que propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística microrregional todos esses convênios e ações podem ser celebrados bastando a boas disposições dos gestores.

Por último podemos citar as ameaças ao desenvolvimento do turismo em Tucuruí, como por exemplo, a ausência do conselho municipal de turismo, faz com que os recursos não cheguem aos cofres públicos, o descrédito por não executarem muito dos projetos dispostos nos planejamentos, destinação dos recursos do turismo para outras áreas administrativas podem fazer com que o turismo em Tucuruí retroceda ao nível de município que estão bem abaixo no número de população e arrecadação financeira que em relação a Tucuruí.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisou-se o contexto do turismo regional e sua dinâmica relacionadas a divisão por polos e investimentos na área do turismo, apesar do município oferecer imensa

possibilidade de investimentos nas áreas de sustentabilidades: técnica, econômica, financeira, política, social, jurídica e ambiental é possível perceber que tampouco o poder público irá se preocupar em ter Tucuruí como prioridade nos orçamentos da união na área do turismo

Também foi percebido que apesar do município dispor de equipe preocupada em desenvolver o turismo na região, o que visualizado pelo significativo planejamento realizado nos anos de 2011 a 2017, faltou de certa forma a execução do mesmo, sendo que boa parte das ações presente no inventário e plano de trabalho não estão descritas nas ações previstas da LOA, deduzindo assim que os mesmos não estão em consonância.

O “Inventário da oferta turística de Tucuruí 2011”, por exemplo, tem o objetivo de desenvolver sustentabilidade da pesca, com ações de preservação das espécies, do estoque pesqueiro e da melhoria da qualidade de vida dos pescadores com proposições de ações de desenvolvimento de programa de pesca e ictiofauna, com cursos de aproveitamento total do pescado, capacitação profissional para 3.500 pescadores, além da distribuição de alevinos de espécies regionais para projetos de criação de peixes em tanques.

O “Inventário turístico de Tucuruí 2014” sugere a adesão ao plano estratégico de turismo do Pará, ao programa municípios verdes e a oferta de assessoria para elaboração de projeto para captação de recursos a fim de contribuir para o fortalecimento sustentável econômico dos eventos, adotando como diretrizes e estratégias a implantação, conservação e manutenção de nível adequado e competitivo na infraestrutura exigida ao desenvolvimento sustentável do setor turístico.

O “Plano Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo Proposições 2017 / 2020”, destaca o apoio a eventos que promovam o turismo e circuito de aventura de forma sustentável como, por exemplo, as corridas de aventura, os passeios cicloturístico e canoagem, este último nunca ocorreu até o momento.

Observa-se nos documentos “Inventário turístico de Tucuruí” e “Plano de Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo Proposições 2017/2020” certa preocupação nos aspectos social de combate a exploração sexual de crianças e de adolescentes, com proposições de ações para conscientizar os funcionários das empresas de serviços turísticos a fim de proteger as vítimas desse crime.

Como contribuição deste trabalho sugere-se um estudo e análise mais aprofundado na dinâmica da política públicas de turismo para o ordenamento territorial das atividades turística de, a fim de entender o porquê da não implementação dos projetos elaborados e engavetado, RPGC, Portugal-PT, V.1, N°2, p. 35-52, Agos./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 49

uma vez que há recursos humanos e financeiros, como demonstrados no corpo deste trabalho, suficiente para alavancar o turismo na região.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. **Orçamento público no Brasil: história e premência de reforma.** Joaçaba, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18593/ejvl.v17i1.9555>. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/16522>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

ANA, A. G. S. **Turismo brasileiro 4.0: do analógico ao digital. A digitalização e a mudança na venda de “pacotes” de viagens nas operadoras de turismo do Brasil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28594>. Acesso dia 22 de fev de 2021.

BARROS, R. H.; MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público.** Atualização e revisão Rosaura Haddad Barros, Mírian Patrícia Amorim. Departamento de Ciências da Administração – UFSC. ISBN: 978-85-7988-328-6. Florianópolis, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 de fev. 2021.

_____. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Brasília, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 11 de fev. 2021.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL **América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 Efectos económicos y sociales.** [Santiago], 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/S2000264_es.pdf?sequence=6. Acesso em: 30 de jan. 2021

FARIAS, S. W. F.; LIMA, R. S. **Um estudo bibliográfico sobre o planejamento estratégico em micro e pequenas empresas.** Aracaju, v.4, n.1, p.34-41, 2020. <http://doi.org/10.6008/CBPC2595-4318.2020.001.0005>. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/entrepreneurship/article/view/CBPC2595-4318.2020.001.0005>. Acesso dia 20 de jan. 2021.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus, v.1. INPA. 2015. ISBN: 978-85-211-0151-2. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf. Acesso em: 27 de dez. 2020

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro.** [Jardim Paulistano]: 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf. Acesso em: 02 de jun. 2020

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade/Pará/Tucuruí: População/história & fotos.** Brasília: 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tucuru/panorama>. Acesso em: 02 de jun. 2020

LISBOA, M. B. (18min19seg). **Seminário PEC 241 e a dimensão fiscal da crise: parte 1.** [Rio de Janeiro]:2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxCB0pN2hkA>. Acesso em: 30 de mar. 2021

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v.49, n.5, p. 1263-1290, set./out. 2015. ISSN 0034-7612. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612136179>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v49n5/0034-7612-rap-49-05-01263.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

_____, R. **Carga tributária: um estudo sobre o sistema tributário do Brasil.** Orientadores: Katia Regina de Macedo. Jailson Coelho. 2019. Projeto de pesquisa (Bacharelado em Ciências Econômicas) Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: 2019. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/7910>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

PARATUR, Companhia Paraense de Turismo. **Inventário da oferta turística de Tucuruí.** Belém, 2011. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_tucuruí_0.pdf. Acesso em: 16 de jan. 2021.

PRATA, G. P.; MOREIRA, M. G. P.; TOSTES, W. S. Índice Fapespa de Desenvolvimento dos Municípios Paraenses (IDM/Fapespa). **Revista IBICT**. Brasília, v. 9, n.2, p.58-70, jan./jun. 2016. ISSN: 1808-8678. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/3890/3343>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O Impacto da covid-19 nos pequenos negócios.** 3. ed. Brasília, 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6bf6e6857545540238bd997518673f2/\\$File/19520.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6bf6e6857545540238bd997518673f2/$File/19520.pdf). Acesso em: 02 de dez. 2020.

SERRA, H. R. **H.Obra-prima da Amazônia?** Problemas de regionalização e políticas públicas de turismo no território paraense. Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151233>. Acesso em: 02 de dez. 2020

SILVA, C. G. Impactos de programas nacionais de turismo sobre as instituições e organizações turísticas em municípios do Pará (Brasil). *In: Turismo & Sociedade*. Curitiba, v.10, n.3, p. 1-19, set./dez. 2017. ISSN: 1983-5442. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v10i3.53499>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/53499>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

SOUZA, C. L.; CAÑETE, V. R. Pesca esportiva e pesca **artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA).** *In: Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, v.8, n.5, p.614-633, nov.-15/jan.-2016. 2016. eISSN 1983-9391. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6435/4117>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

TEIXEIRA, R. M.; BOMFIM, L. C. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras [...]. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v.10, p.44-64, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i1.855>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n1/1982-6125-rbtur-10-1-44.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

TUCURUÍ. (Município). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano Trabalho e Ações Estratégicas do Turismo**. Tucuruí, PA. Departamento do Desenvolvimento do Turismo, 2017.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Inventário turístico de Tucuruí**. Tucuruí, PA. Departamento do Desenvolvimento do Turismo, 2014.

_____. (Município). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Projeto de Sinalização turística de Tucuruí**. Tucuruí, PA. Departamento do Desenvolvimento do Turismo, 2017.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANISATION. **Panorama OMT del turismo internacional: Tendencias del turismo internacional en 2017**. Madri, 2018. <http://doi.org/10.18111/9789284419883>. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419890>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

_____. **Las cifras de turistas internacionales podrían caer un 60-80% en 2020, informa la OMT**. Madri, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/news/covid-19-las-cifras-de-turistas-internacionales-podrian-caer-un-60-80-en-2020>. Acesso em: 28 de jan. 2021.